

- GIANCARLO, P. - *Eticità e libertà*. In *LA LIBERTÀ oggi*. Milano: Massimo, 1986.
- LOBATO, A., O.P. - *El principio libertad*. Divus Thomas. 1977, Jan.
- MALHERBE, J.. *Lumière et Vie*. 1985 (172).
- MARITAIN, J. - *Pour une philosophie de l'éducation*. Paris: Fayard, 1969.
- MONDIN, B. - *Cultura, Marxismo e Cristianesimo*. Milano: Massimo, 1979.
- MOUNIER, E. - *O Personalismo*. Lisboa: Morais, 1960.
- NÉDONCELLE, M. - *Vers une philosophie de l'amour et de la personne*. Paris: Montaignes, 1957. [3º capítulo].
- PINCKAERS, E. - *La liberté et preceptes dans la morale de S. Thomas*. *Lex et Libertas*. 1987 (30). *Studi Tomistici*.
- VERGOTTE, A. - *Liberté et déterminisme au regard de la psychanalyse et de l'ontologie*. In *TOMMASO d'Aquino nel suo settimo centenario*. Napoli, 1974.
- VIOTTO, Piero - *La libertà oggi*. Milano: Massimo, 1986.

População e Desenvolvimento: Observações éticas sobre o Programa de Acção da Conferência do Cairo

A problemática relativa ao desenvolvimento económico mundial e à demografia apaixonou a opinião pública por ocasião da Conferência Internacional do Cairo que teve lugar em Setembro de 1994. Depois a questão deixou de ter actualidade e foi esquecida. Porém, as questões que versou não revestem apenas a importância de crónica hebdomadária e merecem uma reflexão científica desafectada por parte da teologia moral. É uma tal abordagem que se tenta neste texto, tendo em conta que uma reflexão de ordem ética no tocante a esta matéria impõe algumas opções que explicitamos brevemente. Primeiro, necessita de uma exposição e clarificação dos conceitos referentes ao desenvolvimento e população, tal como aparecem no Programa de Acção da Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Segundo, pressupõe uma discussão e avaliação deles à luz dos princípios de uma ética cristã. Finalmente, sugere algumas observações críticas e de avaliação das propostas do Documento final da Conferência tendo como horizonte as exigências éticas da fé cristã para a programação de uma política social.

1. O plano de acção do Cairo

O texto do Plano de Acção aprovado no Cairo é de uma grande e complexa riqueza de conteúdos. Contém dezasseis capítulos,

todos estruturados de modo igual: uma parte de «Bases para a acção», ou seja dos dados mais importantes da questão, seguidos dos «Objectivos» e das «Medidas» a pôr em execução. Não se podem resumir todos os aspectos contemplados na brevidade deste texto. Teremos em conta somente aqueles que nos parecem mais importantes.

1.1. Começamos por identificar as principais conexões entre desenvolvimento e população. O texto emprega o conceito de «desenvolvimento sustentável» como conceito-meta ou como horizonte à luz do qual se deve perspectivar o desenvolvimento dos povos e do planeta. Apraz registar que se afirma liminarmente a ligação entre desenvolvimento e população: «Os seres humanos são o elemento central do desenvolvimento sustentável»¹. Coisa por demais evidente, mas nem sempre tida em conta dentro do próprio documento. «A população é o recurso mais importante e mais valioso de qualquer nação»². É em conformidade com isto que se afirma que

«o direito ao desenvolvimento é um direito universal e inalienável, que faz parte integrante dos direitos humanos fundamentais e a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento»³.

Mas em que consiste o desenvolvimento? O documento propõe-se abordar

«uma importante série de objectivos de população e desenvolvimento, bem como metas qualitativas e quantitativas que são mutuamente complementares e de importância decisiva para esses objectivos»⁴.

Como objectivo mais importante do desenvolvimento, encontramos esta formulação, um tanto vaga: «melhorar a qualidade de vida

¹ NAÇÕES UNIDAS - Conferencia Internacional de El Cairo sobre población y desarrollo: Programa de acción, Apres. de Javier Gafo. Madrid: PPC, 1995, 2.2., p. 36. Doravante citaremos este texto, usando apenas os números: primeiro o capítulo; seguidamente o parágrafo e a página desta edição.

² 2.2., 36.

³ 2.3., 36.

⁴ 1.12., 32.

de todas as pessoas»⁵. Entre os objectivos e metas, no seu conjunto, são enumeradas: o crescimento económico sustentado tendo como horizonte o desenvolvimento sustentável, a educação sobretudo das meninas, a igualdade dos sexos, a redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, sobretudo ao planeamento familiar e à saúde sexual⁶.

Entre os elementos mais decisivos para a promoção de um desenvolvimento sustentável, o documento anota «a estabilização da população mundial», por fases, até ao máximo dos próximos vinte anos⁷. A estabilização da população, quer dizer, a diminuição drástica da sua razão de crescimento, a qual é justificada na base de alguns dados numéricos. Estima-se a população actual em 5.600 milhões de pessoas e que aumente cerca de 86 milhões de pessoas por ano até 2015. Projecções a longo prazo podem calcular como possibilidade o número 11.900 milhões de pessoas no ano 2050⁸. Estes números podem ganhar mais significado se olharmos para o facto de que no ano 1900 viviam 1.600 milhões de pessoas sobre a terra e no ano 2000 viverão 6.200 milhões, uma flutuação, em apenas um século, de amplitude sem precedentes na história conhecida. Esta «estabilização da população mundial» vem justificada com a finalidade de «melhorar a qualidade de vida da actual população do mundo e das gerações vindouras»⁹.

Além desta consideração da população em números absolutos, o documento versa outros dados referentes à estrutura relativa da população: a urbanização, as migrações internas e externas, as variações etárias que têm muito a ver com os parâmetros de um desenvolvimento sustentável.

Entre as outras diversas condições de que se compõe o «desenvolvimento sustentável», meio para assegurar o bem estar às actuais e futuras gerações, enumeram-se várias. A primeira consiste na exigência de que

⁵ 2.5., 37.

⁶ 1.12., 32.

⁷ 1.11., 32.

⁸ 1.3., 26.

⁹ 1.11., 32.

«as relações entre população, recursos, meio ambiente e desenvolvimento sejam reconhecidas cabalmente, sejam geridas de forma adequada e se equilibrem de maneira harmoniosa e dinâmica»¹⁰.

Esta gestão equilibrada inclui toda a eliminação de formas de produção e de consumo que sejam «insustentáveis», quer para o bem das gerações actuais quer das futuras, sem prejuízo de um crescimento económico sustentado, necessário para o provimento das necessidades da actual população. Equivale igualmente à eliminação da pobreza, para reduzir as diferenças de nível de vida e prover à satisfação das necessidades de todos¹¹.

1.2. Observamos, em segundo lugar que a interrelação entre crescimento económico e população é apresentada no Documento como uma questão pacífica. «Existe um acordo geral sobre o facto de a pobreza persistente e generalizada e as graves desigualdades sociais entre homens e mulheres têm uma grande influência nos parâmetros demográficos tais como o crescimento, a estrutura e a distribuição da população e, por sua vez, são influenciadas por eles»¹². Os factores desenvolvimento, população, pobreza são conjugados deste modo:

«O crescimento económico sustentado, num contexto sustentável de desenvolvimento, é essencial para eliminar a pobreza. A eliminação da pobreza contribuirá para reduzir o crescimento da população e para conseguir uma pronta estabilização da população»¹³.

Entre os obstáculos ao desenvolvimento, e por conseguinte à eliminação da pobreza e da explosão demográfica, na perspectiva do Documento, encontram-se alguns factores importantes enumerados quase de passagem: a persistência dos desequilíbrios comerciais, a estagnação da economia mundial, o serviço da dívida externa, a necessidade de tecnologias e de assistência externa¹⁴.

¹⁰ 2.6., 37.

¹¹ 2.7., 38.

¹² 3.1., 43.

¹³ 3.15., 49.

¹⁴ Cf. 3.12., 48.

Poderíamos observar desde já que esta relação entre pobreza e comportamentos de fertilidade é uma questão não esclarecida. É certo que os países com um alto nível económico de vida têm diminuído a taxa de fertilidade, algumas vezes drasticamente, como é o caso dos países ricos do hemisfério norte. Mas não é possível deduzir daí nenhuma regra científica que assinalasse um facto estável a nível sociológico.

1.3. Existe, finalmente, um conjunto de factores a que o Documento dá muita importância tendo em vista as consequências esperadas no que toca aos comportamentos de fertilidade e às condições de incremento de um autêntico desenvolvimento.

Em primeiro lugar, a promoção da igualdade dos sexos, visando sobretudo o reconhecimento e a promoção do estatuto da mulher. Todo o capítulo IV é votado a este objectivo, tendo em conta a necessidade de mulheres e homens participarem de forma igual «na vida produtiva e reprodutiva»¹⁵. Outro aspecto muito focado é o da educação como forma de desenvolvimento. O texto fala da educação como forma de «fortalecer o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais», acentuando de forma particular a necessidade de educar as mulheres e as crianças do sexo feminino¹⁶.

Em segundo lugar, é posto em evidência o papel da família na educação para o desenvolvimento¹⁷, tendo em conta a sua pluralidade de formas históricas e sociológicas. O documento não deixa de mencionar ainda os direitos das populações migrantes¹⁸, dos refugiados¹⁹, dos indígenas²⁰. Dois capítulos são dedicados aos factores «educação» e «investigação» como componentes do desenvolvimento e da estabilização da demografia.

Em terceiro lugar, o documento enfatiza muitíssimo uma outra condição para o desenvolvimento sustentável que é o acesso generalizado à saúde, sobretudo por parte da mulher e dos

¹⁵ 5.1., 69.

¹⁶ 2.4., 36 s.; 2.10., 39.

¹⁷ 2.9., 38.

¹⁸ 2.12., 39 s.

¹⁹ 2.13., 40.

²⁰ 2.14., 40.

adolescentes. Neste âmbito, introduz o conceito de «saúde reprodutiva» e de «saúde sexual» como situações a promover por meio de políticas efectivas, conceitos que são, como sabemos, dos mais polémicos de todo o processo de elaboração do documento final. Uma e outra são votadas à possibilidade de um planeamento familiar e ao bloqueio às doenças de transmissão por via sexual²¹.

Realcemos ainda um aspecto muito importante é um que vem referido à cabeça de todos os princípios segundo os quais deve ser implementado este Plano de Acção: os países têm direito de o aplicar tendo em conta «os diversos valores religiosos, éticos e culturais da nação», e não apenas os direitos internacionais universalmente reconhecidos, as leis nacionais e outras prioridades dos estados²².

2. Avaliação crítica do Plano de Acção

Como é sabido, a Conferência do Cairo segue-se a duas outras reuniões internacionais, em Bucareste (1974) e no México (1984), que versaram uma problemática semelhante. Porém, no Cairo, existem aspectos novos dignos de nota.

Primeiro, a ligação da demografia à questão do desenvolvimento, tendo em conta que este tem de perspectivar-se como «desenvolvimento sustentável». De facto, o tema do desenvolvimento ocupa um largo espaço no documento. Dele tratam explicitamente 12 dos 16 capítulos, num total de 81 números. Não se trata portanto de um tema marginal nem subalternizado.

Em segundo lugar, a chamada de atenção para novos factores que condicionam os comportamentos reprodutivos. Entre esses, o papel da mulher a que se dedica todo um capítulo, o papel da família à qual são reconhecidos um conjunto de direitos reprodutivos, ligados a outros direitos referentes a cuidados de saúde sexual, e aos direitos que têm a ver com o planeamento familiar. Anote-se ainda, a exclusão do aborto como meio de regulação da

²¹ 2.8., 38.

²² 2.1., 35.

natalidade. É conferida uma importância grande e nova à questão das migrações, que certamente terão, no futuro, uma grande importância na estabilização da população mundial.

Aspecto muito importante desta Conferência é a inclusão, no preâmbulo do capítulo segundo deste princípio:

«Cada país tem o direito soberano de aplicar as recomendações contidas neste Programa de Acção, em conformidade com as suas leis nacionais e as suas prioridades de desenvolvimento, respeitando plenamente os diversos valores religiosos, éticos e culturais do seu povo, e de forma compatível com os direitos internacionais universalmente válidos».

A inclusão dos aspectos éticos, culturais e religiosos é uma novidade nestes círculos internacionais.

Para completar esta avaliação, vejamos algumas opiniões sobre matérias desta Conferência, que se tornaram emblemáticas. Primeiro, a posição do Vaticano²³. A Santa Sé subscreveu o Plano de Acção, no seu conjunto, não sem exprimir reservas sobre alguns pontos em particular. Entre esses, convém lembrar os seguintes:

a) Congratula-se que se tenha ligado o desenvolvimento com o problema demográfico, pela primeira vez numa sede tão elevada. O mesmo se diga com as medidas relativas à protecção da família, à promoção do papel da mulher e do seu acesso à saúde e à educação. Valora de forma positiva a importância conferida aos factores culturais e religiosos na programação responsável da demografia e do desenvolvimento.

b) Recusa terminantemente a aceitação do aborto como meio de regulação da fertilidade humana, uma vez que os seres humanos possuem direitos inalienáveis desde o momento da sua concepção.

²³ A Santa Sé exprimiu reiteradamente a sua posição relativamente aos diversos problemas implicados na reunião do Cairo. Além das intervenções do próprio Papa, a posição oficial pode ver-se em: SODANO, Angelo, card. - *Intervenção na XVII Congregação Geral da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a África (21. 4. 1994)*. Acção Médica. 1994, 58, p. 223-230. Outras intervenções magisteriais atinentes: CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - *Carta à Senhora Najfis Sadik Secretária Geral da Conferência do Cairo*. Acção Médica. 1994, 58, p. 231-235; PRESIDENTES DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE - *Mensagem Família, Vida e Solidariedade*. Acção Médica. 1994, 58, p. 236-242; MARTINO, Renato Raffaele, mons. - *Declaração sobre o Programa de acção da Conferência do Cairo e Reservas da Santa Sé*. Acção Médica. 1994, 58, p. 243-247.

c) Sobre o referente ao conceito de saúde sexual, a Santa Sé considera inaceitável todo o pressuposto que aceite, mesmo tacitamente, as relações sexuais antes ou independentemente do matrimónio.

d) O mesmo se diga relativamente ao conceito de saúde reprodutiva, tanto da mulher como do homem: a posição tradicional da Igreja sobre os contraceptivos ou a esterilização permanece imutável, mesmo no tocante ao tratamento do SIDA.

Relativamente à exclusão do aborto, à afirmação dos direitos da família, à exclusão do conceito de matrimónio entre homossexuais, muitos países da América Latina alinham com as posições da Santa Sé.

Os países de religião ou cultura islâmica manifestaram-se em desfavor do aborto, exigiram a salvaguarda de aplicarem as directivas tendo em conta as leis corânicas, e não admitem a possibilidade de relações sexuais entre adolescentes.

O Grupo dos 77 países em vias de desenvolvimento, onde está incluída a China, viram com agrado a proclamação do «direito ao desenvolvimento» como direito fundamental e sustentaram uma aproximação global ao tema do desenvolvimento sustentável, contexto em que se deve situar a questão demográfica.

Por sua vez, a União Europeia congratula-se com a inclusão dos conceitos de saúde reprodutiva e sexual, com base numa liberdade alargada, mesmo para os adolescentes, em matéria de escolhas referentes às relações sexuais, e com a abordagem do tema da reunificação familiar. Lamenta que a conferência não incluía no conceito de família outros tipos de uniões. Enquanto à questão da reunificação familiar, foi por pressão da União Europeia e dos Estados Unidos da América que apenas ficou afirmado o direito à reunificação familiar referente à pessoa dos filhos.

3. Programação do futuro, desenvolvimento e população

Depois desta exposição e avaliação do Plano de Acção da Conferência do Cairo, convém perguntar: como abeirar-se, do ponto de vista da ética teológica, de um assunto deste género? De

facto, é próprio da Teologia moral interrogar-se com mais radicalidade do que as ciências humanas atinentes à problemática do desenvolvimento e população, acautelando-se de não perder o realismo necessário a um pronunciamento pertinente, mas mantendo-se suficientemente crítica para não menosprezar o seu horizonte absoluto sobre o real. Em conformidade com isto, temos de pôr em questão, antes de mais, o próprio conceito de desenvolvimento e as condições de previsão do futuro da humanidade e, seguidamente, o significado teológico e ético do factor população. Assim, estaremos em condições de fazer um ulterior juízo, mais englobante, sobre as questões que estão em jogo neste debate.

3.1. Nos seus estudos sobre o desenvolvimento à luz da ética cristã, o teólogo Jürgen Moltmann nota que se pode falar do futuro de duas maneiras²⁴: aquilo que devém (que acontece) e o que vem (ao nosso encontro). O primeiro modo refere-se à compreensão do futuro como aquilo que decorre do passado e do presente, que é o previsível, e o perspectivável segundo os métodos de previsão da futurologia. É o futuro que se calcula cientificamente, é um futuro calculável. Mas existe um outro futuro, melhor dito, o porvir, que é o futuro da esperança, e que ele chama futuro desejável (desiderável). Este segundo modo de conceber o futuro assenta sobre os cálculos do primeiro, mas acrescenta-lhe uma escolha de prioridades entre os diversos fins e hipóteses possíveis na base do primeiro. Estes fins e prioridades não são deduzíveis a partir dos dados do futuro calculável.

A estas duas perspectivas sobre o futuro, a teologia acrescenta uma densidade que tem a ver com a sua própria concepção sobre o tempo. A língua latina vem em nossa ajuda para exprimir esta diferença. Existe o «futurum» que é o tempo linear, a continuação do passado e do presente, o tal que é objecto das ciências da previsão científica. Mas existe também o «adventum» (em grego, «parousia») que é o futuro desejado, o tempo da espera e da antecipação. O primeiro corresponde a uma continuação das condições do presente. O segundo é vivido como antecipação, e

²⁴ MOLTSMANN, J. - *Futuro della creazione*. Brescia 1980, p. 65-68.

é da ordem da ética e do desejo. O primeiro é da ordem da «extrapolação» do presente; o segundo, é da ordem da «antecipação» do advento da graça.

Toda a projectação do futuro é necessariamente orientada por estas duas ordens de ideias que convém ter criticamente assumidas. Assim acontece com uma política social sobre desenvolvimento e população que tem de ter em vista extrapolações sociológicas e económicas, mas igualmente antecipações éticas e da esperança.

Agora perguntemos: no Plano de acção da Conferência do Cairo, de que maneira podemos identificar este dois elementos? Não será que os elementos da antecipação ética estão reduzidos aos elementos da extrapolação tecnológica? Não será que os desejos da sociedade tecnológica estão camuflados por debaixo das evidências das leis sociológicas e económicas? Não será que eles correspondem, no fundo e para além dos elementos de previsão responsável, aos desejos de perpetuação de um estado de coisas próprio de quem quer continuar a usufruir de uma situação de privilégio dentro do actual universo de forças? Para quem é que é desejável o futuro espelhado nos documentos desta Conferência mundial sobre a população?

Antes de tentar responder a esta pergunta mais em concreto, interroguemo-nos sobre aquilo que é o futuro desejável, nesta matéria, à luz da fé e de uma teologia moral ou de uma ética cristã. A fé cristã crê que o futuro absoluto do mundo aconteceu na consumação pascal de Jesus, morto na cruz, ressuscitado e presente ao mundo na sua glória. Esta consciência de que o futuro absoluto é o advento do Filho de Deus ao mundo, acontecido na sua morte perdurável, leva a ética cristã a ter uma particular visão do futuro desejável. Este não será o futuro intocável e desenvolvido das «advanced societies», da mentalidade consumista e tecnológica, mas antes o futuro do ser humano capaz do reconhecimento do seu semelhante. O futuro desejável não é representado pelo homem emancipado, daquele que afirma os seus direitos, que tem força para impor as suas directrizes de política social, mas precisamente daquele que não tem futuro nem direitos, daquele a quem não é nem foi feita justiça. Este, por ser a imagem de Jesus, o crucifi-

cado, é o portador do futuro, e é, de forma especial, a hipóstase do porvir desejável. Logo, podemos concluir que é a partir da atitude para com este que se mede a qualidade do dos projectos sobre o futuro da humanidade. O futuro desejável é então o futuro daquele que reconhece, no seu semelhante sem futuro, o representante daqueles a quem foi anunciado o futuro absoluto: o pobre e o último, aquele que não tem voz nem vez.

Numa perspectivação do futuro desta índole, repare-se bem, o problema não consiste, antes de mais, nos países sub-desenvolvidos, mas nos países desenvolvidos. Não se trata de insistir na assistência aos sub-desenvolvidos, nem, muito menos, de atribuir um papel de messianismo moral aos pobres sociológicos do Planeta. Trata-se de afirmar é que o desenvolvimento das sociedades avançadas é impertinente e escandaloso, não porque têm acesso a muitos bens e comodidades, mas porque programam o futuro do mundo ignorando o reconhecimento dos demais, o que transforma a sua situação num sub-desenvolvimento moral que não pode ser proposto, de modo nenhum, como futuro desejável a toda a humanidade.

3.2. Poderíamos ainda fazer um ulterior aprofundamento, noutra âmbito, em ordem a captar o sentido do factor «população» para a mundividência cristã.

A Sagrada Escritura não entende a população como a soma dos indivíduos isoladamente, mas como integrados em «gerações»²⁵. Uma geração inclui os indivíduos que vivem numa determinada época, os contemporâneos, mas a esta consideração «sociológica» é inseparável do aspecto «histórico», ou seja, refere-se também a uma solidariedade vertical: todo o indivíduo está integrado numa família, numa raça, numa linhagem. Além disso, através da referência às gerações, a Escritura exprime a inclusão dos indivíduos numa solidariedade de bênção e de pecado. A bênção é prometida aos antepassados e é realizada definitivamente em Cristo. A humanidade vive, em sentido cristão, de uma dupla solidariedade: em Adão, a solidariedade da «carne»; em

²⁵ LÉON-DUFOUR, X. - *Fécondité*. In *VOCABULAIRE de Théologie Biblique*. Paris, 1962, p. 351-355; BARUCQ, A. - *Génération*. In *Ibidem*, p. 410.

Cristo, a solidariedade do «espírito». A primeira lembra ao homem que ele é um ser pecador, quer dizer, egoísta, incomunicável; a segunda inclui-o na comunhão dos santos e transmite-se pelas relações estabelecidas em liberdade e no amor.

A população não é somente a soma dos indivíduos, mas a sua solidariedade horizontal e vertical que exprime uma comunhão de destino assente na graça e no pecado. Mas interroguemo-nos ainda sobre o sentido da fecundidade na Escritura. A fecundidade tem a sua última origem em Deus, pura fecundidade, que a comunica a Adão e Eva, sua imagem. O homem crente ouve, desde a profundidade dos tempos, para si e para os seres vivos, o apelo divino «crescei e multiplicai-vos». A exultação decorrente da fecundidade é ouvida no canto de Eva, no nascimento do seu primeiro filho: «Tive um filho, por Javé» (Gn. 4, 1). Os primeiros capítulos do livro sacro são histórias de de uma fecundidade em expansão, desejada, impedida, projectada. Como em fundo a tudo isto, está a bênção de Javé, prometida a Abraão, sob a forma de «uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu ou como as areias da praia do mar» (Gn. 22, 17). O valor da fecundidade mostra-se na necessidade do respeito pelas fontes da vida, expresso na impossibilidade de olhar a nudez de Noé, mesmo ébrio (Gn. 9, 20-27), ou no castigo de Onan que, ao impedir a semente da vida de chegar ao seu fim, encontra a fim da própria vida (Gn. 38, 8 ss). A procura da posteridade corresponde a um profundo desejo da natureza que leva mesmo o homem do Antigo Testamento a procurar socialmente estratagemas para obviar a ausência desta posteridade, como sejam, o levirato e a adopção. Por sua vez, Jesus Cristo leva ao termo todas as promessas aos antepassados, mesmo neste campo. Ele ensina uma lei mais profunda para a fecundidade. Ouvindo o elogio da maternidade por alguém extasiado do seu povo, afirma: «Felizes antes os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática» (Lc. 11, 27).

A fecundidade é, pois, um desejo da natureza que se transcende até à ordem da responsabilidade e da liberdade. Em conformidade com isto, a moral não tem dúvidas de que um desequilíbrio relativo à demografia pode ser um grave problema para uma comunidade política. Existe uma necessidade de racionalizar a

população que é iniludível. Os estados têm o direito e o dever de promover acções e campanhas que visem efeitos no comportamento de fecundidade das famílias e dos indivíduos, contanto que respeitem sempre a dignidade humana e de nenhuma forma se substituam numa decisão que lhes compete a eles.

A partir destas linhas de teologia bíblica sobre a fecundidade e a população, vemos que, para a mundividência cristã, existe uma conotação que ultrapassa a consideração sociológica pura e simples, sobretudo se esta é reduzida a uma quantificação de indivíduos e recursos. Ocorrem portanto algumas novas observações sobre população e desenvolvimento.

A sociedade industrial e as ideias que lhe estão na origem ou que ela própria ocasionou, tiveram como consequência uma mentalidade individualista. O indivíduo subsiste pela afirmação de si próprio, pela ampliação da sua liberdade, num ambiente de concorrência. É uma espécie de darwinismo social: subsistem no sistema social os mais dotados, ao mesmo tempo que os mais débeis são colocados à margem. Ao lado desta, enraizou-se profundamente uma outra ideia, ainda não suficientemente provada, de resto, segundo a qual os recursos não chegam para todos. É ela que legitima a concorrência e o conflito de quem está dentro do sistema contra quem fica fora, até conduzir estes últimos, se não à morte física, pelo menos à morte social. Esta ideologia da Modernidade é perniciosa e objecto de um grande número de discussões actualmente. Na esteira da Escritura, os cristãos não podem não deixar de afirmar que a pessoa humana se desenvolve num contexto comunitário, que a cooperação e não a concorrência que são o segredo de uma política social correcta. No que toca ao nexo desenvolvimento-população, contra algumas ideias liberais, os cristãos afirmam com muita convicção: «A alternativa à pobreza não é a propriedade. A alternativa à pobreza e à propriedade é a comunidade»²⁶. Seria muito útil mostrar, como já pretendia P. Kropotkin contra Charles Darwin, que o princípio que rege o mundo animal e humano é o princípio da ajuda mútua, e

²⁶ MOLTSMANN, J. - *La giustizia crea futuro: Una politica ispirata alla pace e un'etica fondata sulla creazione in un mondo minacciato*. Brescia, 1990, p. 17.

não o princípio da luta pela sobrevivência. Se é certo que as comunidades e as sociedades tendem à estagnação social e mental sem a iniciativa dos indivíduos, não é menos certo que a solução para isso não é propriamente o individualismo, mas o espírito de profecia, o qual não rompe com a pertença à comunidade, mas arrasta esta para a sua perfeita existência.

Mas a ideologia individualista não deixa de fazer caminho a ponto de, nas discussões sobre a população mundial, vermos que a afirmação dos mais fortes contra os mais débeis assumir o aspecto dos que existem contra os que ainda não existem. A ruptura da solidariedade vai até ao ponto de pôr em causa a estrutura das gerações, ou seja, guerra das actuais gerações contra as futuras gerações, ou guerra das já nascidos contra os ainda não nascidos. Esta ruptura de solidariedade entre gerações é uma expressão da solidariedade no pecado que introduz no cosmos o próprio fim da humanidade.

Poderíamos ainda considerar uma outra ruptura da mentalidade moderna: a ruptura da solidariedade com a terra. O homem da civilização tecnológica entende-se a si mesmo como «maître et possesseur de la nature», segundo a conhecida expressão de R. Descartes. O homem moderno esqueceu completamente esta verdade bíblica e constitucional do seu ser, ou seja, que «adam» quer dizer «tirado da terra» (adamah) (Gn. 2, 7)²⁷. O processo secularizador eliminou toda a referência à presença divina no cosmos, ao valor da matéria. Segundo indicadores responsáveis, o estilo moderno de vida está a pôr em causa a sobrevivência do género humano. Quando esquece o lugar donde foi tirado, o homem coloca em causa a sua própria sobrevivência. Esta sobrevivência não depende certamente da diminuição pura e simples do número de indivíduos, como se quer fazer crer, mas da conversão das mentalidades e dos estilos de vida.

4. Observações finais

Estamos, a partir de agora em condições de fazer algumas observações de ordem teológico-moral sobre o Programa de Acção

²⁷ BECQUET, G. - *Terre*. In *VOCABULAIRE*, p. 1056-1064.

da Conferência do Cairo. Dizemos antes de mais que uma leitura ética exclui, à partida, alguns equívocos. O primeiro seria uma visão apocalíptica, muito do gosto de alguma cultura actual da viragem de século, que se mostra numa leitura alarmista, tanto de direita como de esquerda. Pode-se identificá-la no cultivo do catastrofismo, tipo do espectro da fome (os alimentos não chegam para todos), no espectro da peste (uma febre higienista perante doenças como o Sida), o espectro da guerra (é necessário fechar as fronteiras para a Europa não ser invadida pelos povos do sul), o espectro do colapso ecológico. Mas pode ser também a irresponsabilidade de quem, à luz de uma qualquer ideologia, considera que o alarme que soa perante a demografia e o subdesenvolvimento reflecte apenas os interesses dos países desenvolvidos em não perder os seus privilégios. Num como noutro caso fica-se paralizado para pensar e agir sobre a situação. Manda a racionalidade que se avaliem as coisas em base a conhecimentos científicos, mas a uma ciência suficientemente crítica para estar consciente dos seus pressupostos²⁸.

As preocupações relativas ao desenvolvimento e à população não são de hoje. Nos alvares da revolução industrial, tanto as esperanças como as ameaças de desequilíbrios entre os dois factores já se encontravam delineadas. Adam Smith, no seu famoso «Ensaio sobre a natureza e as causas da riqueza das nações» (1776) formulou uma teoria do desenvolvimento da sociedade até chegar a «uma opulência universal», baseada no princípio da consecução dos interesses individuais regulados pela concorrência. Esta teoria simples tinha efeitos mesmo sobre a população, uma vez que, no caso de um excesso de mão-se-obra, de imediato actuaria o efeito de diminuição da população, devido à baixa dos salários e, consequentemente, à diminuição da natalidade e ao aumento da mortalidade infantil. A reacção a esta teoria optimista não se fez esperar. Em 1798, Thomas Malthus publica o seu «Ensaio sobre o princí-

²⁸ Uma avaliação crítica deste Plano de Acção pode encontrar-se em: OSSWALD, W. - *A conferência do Cairo: Uma opinião*. Acção Médica. 1994, 58, p. 218-222; GAFO, J. - *Presentación*. In *NACIONES UNIDAS - Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo: Programa de Acción*. Madrid, 1995, p. 5-22; BUONOMO, V. - *Popolazione e sviluppo: riflessioni dopo la Conferenza de El Cairo*. Nuova Umanità. 1994-96, 16, p. 5-14.

pio de população e como ele condiciona o melhoramento futuro da sociedade». É igualmente uma teoria simples que constata como o crescimento da população tende a ultrapassar os limites de recursos disponíveis, uma vez que estes aumentam segundo uma progressão aritmética ao passo que a população se multiplica a um ritmo geométrico. Segundo Malthus, por conseguinte, a fome generalizada, e não a opulência, parece ser a última esperança da natureza. A incerteza relativa ao nosso problema que constatamos nas origens da ciência económica prolonga-se nos nossos dias. Vejamos, então alguns pontos interrogantes da ética às perspectivas do Programa de acção do Cairo.

4.1. O texto reflecte uma programação do futuro desejável para a política social baseado na continuação do modelo consumista, próprio das sociedades avançadas. Exceptuando uma leve referência à necessidade de os governos «reduzirem ou eliminarem os modelos insustentáveis de produção e de consumo»²⁹, não se nota um questionamento do paradigma de desenvolvimento das sociedades avançadas mas a sua proposição pura e simples aos países que buscam o desenvolvimento. Sabemos como um desenvolvimento concebido dentro do paradigma de um progresso decalcado da dialéctica iluminista tem sido sempre mais posto em questão pelos críticos da modernidade e pela Doutrina Social da Igreja³⁰. Não parece possível uma política social que não tenha uma perspectiva moral para o desenvolvimento. No Programa fala-se vagamente de proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos, mas não se define melhor este ponto. Desde os anos setenta que a encíclica *Populorum Progressio* afirma que conteúdo do desenvolvimento só pode ser, em último caso, a «passagem de condições menos humanas para condições mais humanas»³¹, para todos e para cada um. O desenvolvimento dos povos tecnicamente atrasados não se resolve, neste sentido, com o aumento das ajudas

²⁹ 3.9., 46.

³⁰ O desenvolvimento deste ponto pode ver-se em: LACROIX, J. - *Progrès et libération de l'homme: L'idéologie du progrès en occident*. Lumière et Vie. 1973, 22, p. 15-25; PINHO, A. - *Leitura teológica da encíclica «Sollicitudo Rei Socialis»*. HumTeol. 1989, 10, p. 5-21.

³¹ Cf. PP, n. 20.

ao desenvolvimento, seja 0,7% do PIB, como se tem insistido, seja um número maior.

4.2. Um ponto discutível está patente na acentuação unilateral da contenção da população enquanto solução da questão social mundial. Isto porque não existe um saber rigoroso sobre os recursos renováveis e não-renováveis do planeta, nem sobre a quantidade de bens que fazem um agregado humano desenvolvido, nem sobre os esperados contínuos avanços do génio dos cultores da ciência económica para incrementar a produtividade e descobrir novos modos de criar bens de consumo no futuro. Ainda não chegamos, felizmente, ao ponto em que tivéssemos de pôr a questão da sobrevivência em relação com o número absoluto de habitantes do planeta. Mas não se pode colocar esta questão sem olhar de frente outros problemas, como a estrutura relativa da população, sobretudo nos países mais desenvolvidos, a possibilidade das migrações de populações jovens em direcção às sociedades envelhecidas. Pelo menos de maneira formal, o Programa afirma a precedência da questão do desenvolvimento em relação à contenção da população:

«Os objectivos e políticas de população são parte integrante do desenvolvimento social, económico e cultural, cujo principal objectivo é melhorar a qualidade da vida de todas as pessoas»³².

4.3. Um ponto especialmente delicado para a doutrina moral cristã é o que se refere ao conceito de saúde sexual e de saúde reprodutiva e aos direitos concomitantes. De facto, a reprodução dos indivíduos é, do ponto de vista ético, uma forma de «procriação», conceito que diz muito mais. Tem-se a impressão que o Documento não só não entra na definição dos pressupostos nesta matéria, como lhe compete aliás, mas inclui um conceitos deliberadamente «naturalista» e funcionalista no que toca ao valor moral da sexualidade humana. O mesmo se diga do programa de planeamento familiar. Mais sensível ainda é a admissão críptica, por parte da grande maioria dos países desenvolvidos, mesmo dos

³² Princ. 5, p. 37.

que votaram favoravelmente o ponto 8. 25, do aborto como método de regulação da natalidade, para além da sua justificação ligada com a saúde materna e o «unsafe-abortion».

4.4. Entre os aspectos dignos de aprovação neste Programa, encontra-se a proclamação de um direito ao desenvolvimento. Esta formulação pretende incluir uma aceção formal sobre «o direito» ao desenvolvimento, dando-lhe a categoria de direito fundamental, quer dizer uma extensão na área económica e do bem-estar das garantias atinentes à dignidade humana. O texto tem, mesmo assim, o cuidado de acautelar que a ausência do desenvolvimento, ou a sua realização imperfeita, ou a aceleração do processo de desenvolvimento, não dá a ninguém o direito de violar os direitos básicos fundamentais. A promoção deste direito implica com a satisfação das necessidades, em ambiente de equidade, tendo em conta a questão demográfica, as questões ambientais, o acautelamento do direito das futuras gerações. Neste contexto, é oportuno lembrar a exclusão de práticas coercivas no âmbito do planeamento familiar³³. É uma implicação evidente do respeito pela dignidade humana.

4.5. A referência insistente à igualdade dos sexos e a um «empowerment of women» na efectivação dessa igualdade é outro dos elementos de valor que ocorre pôr em realce. A teologia moral cristã só tem a congratular-se com esta insistência, desde que seja concebida como uma valorização autêntica da dignidade feminina, e não simplesmente com uma astúcia que vise um certo efeito dissuasor no tocante aos comportamentos de fertilidade.

4.6. Admissão dos factores culturais, éticos e religiosos como relevantes na perspectivação do desenvolvimento, a par com os direitos fundamentais só pode ser saudada pela moral. Esta é uma velha querela do pensamento laico com o pensamento crente. Uma laicidade dos estados e da vida internacional só tem a sair valorizada com a consideração destes factores na condução

³³ Cf. 7.3., 92.

democrática da política social e, sobretudo, quem sai beneficiada é a dignidade humana, a qual só é respeitada quando o ser humano é considerado na sua globalidade, quer dizer, tendo em conta as suas convicções mais profundas, de ordem espiritual, moral e religiosa. Um desenvolvimento que não pressuponha estes factores não tem direito a usar tal nome. Ocorre lembrar que, há várias décadas, a moral social cristã fala da exigência de um «desenvolvimento endógeno», quer dizer, que respeite a identidade nacional, cultural e religiosa dos povos, quanto ao padrão sobre a qualidade de vida, ao potenciamento das virtualidades internas de cada povo, rejeitando a exportação de modelos estranhos de desenvolvimento segundo os interesses seja de quem for.

4.7. A ética cristã vê com apreço a relevância do conceito de família no que toca aos efeitos demográficos desejados e à legalização de refugiados e trabalhadores clandestinos. O conceito de família esteve no centro de uma grande variedade de convicções culturais presentes na Conferência. Prevaleceu a posição razoável que considera a família partindo do matrimónio do homem e da mulher, num contexto minimamente personalista. Quanto aos direitos da família, houve alguma hipocrisia da parte dos países avançados, os quais, no que toca à legalização dos trabalhadores migrantes, não levaram até ao fim as consequências que dele decorrem, aplicando-o somente aos filhos menores.

5. Conclusão

A matéria versada na Conferência Internacional do Cairo, como noutros recentes encontros sob a égide das Nações Unidas, reveste uma importância a que a teologia moral não pode ficar alheia. Porém, o seu modo de intervir nesta matéria do planeamento de uma política económica e social tem de situar-se, como muita clareza, no horizonte das exigências transcendentais da dignidade humana e não no debate puro e simples das matérias ao nível técnico. Este recuo metodológico não lhe retira pertinência, como ainda pode aflorar a superfície de algum espírito mais positivista, mas coloca-a antes numa zona vinculativa cada vez

mais difícil de ignorar. Podemos resumir brevemente as principais direcções do contributo da ética teológica sobre esta matéria.

5.1. Uma política social correcta tem de deixar-se interrogar sobre os elementos de um futuro desejável que estão reflectidos nas suas propostas de acção. Não basta a programação do futuro na base dos elementos de previsão das ciências interessadas. Geralmente, esta programação inclui elementos que se referem ao futuro na base de interesses parcelares e não visam com suficiente amplitude e imparcialidade o futuro da humanidade.

5.2. A ética questiona igualmente a concepção do desenvolvimento que não tenha em conta o homem e a sociedade na integralidade das suas dimensões, acentuando sobretudo os aspectos moral, cultural e espiritual que costumam ser descurados pelas ciências económicas, preocupadas como estão, em parte com toda a razão, na satisfação das necessidades humanas, segundo um parâmetro que as não contempla directamente. Por isso, a moral lembra que nenhum desenvolvimento é autêntico se não for a «passagem de condições menos humanas a condições mais humanas».

5.3. No que toca ao planeamento demográfico, não raro a política social se deixa ofuscar pelas ideias comuns, tais como «os recursos não chegam para todos», ou então, «a luta pela sobrevivência dos melhores é a condição do futuro da espécie humana». Diante destas meias verdades ou falsidades, a ética proclama que o futuro da humanidade, tida em conta uma racionalização da demografia, está na cooperação e na solidariedade e não na tomada de posse de uma quantidade cada vez mais maior de bens.

JORGE TEIXEIRA DA CUNHA

Família e Democracia

A Direcção-Geral da Família, de Portugal, tem participado, com o estatuto de observador, no fórum das Nações Unidas que dá pelo apelativo de Comissão de Desenvolvimento Social. Em 1987, juntamente com a Polónia e a então República Federal Alemã, propôs um estudo da viabilidade da proclamação de um Ano dedicado à Família². Verificada tal hipótese, a ONU declarou, então, 1994 como Ano Internacional da Família e atribuiu-lhe um tema: «*Família — capacidades e responsabilidades num mundo em transformação*». Estas «*capacidades e responsabilidades*» foram, entre nós, especificadas pela Comissão criada para a celebração do Ano Internacional da Família no conhecido lema que é, certamente, um dom a reconhecer e uma tarefa a executar: «*Construir a mais pequena democracia no coração da sociedade*».

Mas, isoladamente, este lema apenas enunciado no infinitivo, poderia ser interpretado de forma minimalista ou negativista, colocando-se a sociedade e suas relações como protótipo ou modelo originário e a família como material a manusear, o que significaria mais ou menos o seguinte:

¹ O texto base deste artigo reporta-se a uma comunicação apresentada ao Seminário «*Família: a mais pequena democracia no coração da sociedade*», promovido pelas Organizações Não-Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Vila Real, 22 e 23 de Outubro de 1994).

² Não deixa de ser significativo que tenha sido no berço do humanismo, na Europa dos valores, onde surgiu a proposta de prestar uma particularíssima atenção à mais antiga e determinante instituição da humanidade, a essa «*célula primeira e vital da sociedade*» (A. A., 11), por consequência a mais digna de ser continuamente repensada.